

NOTÍCIAS DO ACQF

CONSTRUIR O FUTURO DE ÁFRICA,
UMA QUALIFICAÇÃO DE CADA VEZ

6º FÓRUM CONTINENTAL DO ACQF





Índice

Mensagem da Liderança da Troika	1
África traça o futuro da educação: Destaques do 6º Fórum do Quadro Africano de Qualificações (ACQF) nas Maurícias	2
Definir o tom para a colaboração e a inovação	2
Conduzir Parcerias Continentais e Globais	4
Moldar as competências futuras e a educação de qualidade	4
Clusters Antecipar a Implementação da Agenda do ACQF	5
Olhar para a frente: Apoiar a transformação da educação em África	6
História de Sucesso do Mês	7
Boas Práticas & Abordagens Inovadoras	8
Publicações & Recursos	9
Notícias & Eventos	10
Envolve-se	11
Reconhecimento da Aprendizagem Prévia (RPL) e o ACQF: Progressos dos países	12
Microcredenciais e o Quadro Continental Africano de Qualificações	17
O que são competências verdes? Tornar as competências e as qualificações nacionais mais ecológicas	19

HEC Maurícias - Histórias de Sucesso	20
História de Sucesso 2: Construir um quadro nacional	21
Referência ao Quadro Continental Africano de Qualificações (ACQF)	22
Novo inquérito do QNQ	23
Zooming nas principais características	26
Base jurídica do QNQ	30
Objetivos do QNQ	32
Aprendizagem não formal e informal no QNQ e lugar dos resultados da aprendizagem	33
Garantia da qualidade	34
Impacto e visibilidade dos QNQ	35
EAC e ACQF-II: Reforçar Colaboração em Harmonização de Qualificações e Mobilidade de Competências	37



EDITORIAL TEAM:

EDITOR: IVEY KOIN

CONCEPÇÃO DE EDIÇÃO: BONFACE BABU

COLABORADORES: NOELLA BAKER-ALBERT, ANJULI ABATHJAN,
JAMES ONYANGO, PRIVATE MCHENGA



Tema:

Evolução dos Quadros de Qualificações para as Competências, a Mobilidade e a Inclusão

"A Presidência da Troika é o mecanismo de governação que assegura a continuidade e a coerência na tomada de decisões. Reúne três dirigentes que representam três autoridades nacionais de qualificação. No que diz respeito ao ACQF, a Presidência da Troika ajuda a manter a dinâmica, assegura a supervisão e assegura que a iniciativa se mantém alinhada com a agenda de integração mais ampla e as prioridades políticas da UA."



MENSAGEM DE LIDERANÇA DA TROIKA

Este mês, a **Presidência da Troika** – que inclui a África do Sul, a Zâmbia e o Quénia – reafirma o seu compromisso de reforçar o Quadro Continental Africano de Qualificações (ACQF) através de sistemas melhorados de garantia da qualidade, alinhamento e reconhecimento das qualificações em todo o continente. Nesta edição, destacamos marcos do 6º Fórum ACQF nas Maurícias, apresentamos boas práticas nacionais em matéria de RPL e microcredenciais e exploramos a crescente ênfase nas competências verdes que moldam o futuro das qualificações em África.

- As áreas focais incluem:
 - Reforçar o reconhecimento transfronteiriço das qualificações para apoiar a mobilidade laboral.
 - Promover as credenciais digitais e a microcredencialização como vias flexíveis para a aprendizagem ao longo da vida.
 - Garantir Inclusividade; particularmente para aprendentes marginalizadas, refugiados e pessoas em setores informais.

Compreender o ACQF

Primeiro, um contexto: **O ACQF** representa o Quadro Continental Africano de Qualificações. Trata-se de uma iniciativa política da União Africana (UA) destinada a harmonizar as qualificações em todos os países africanos. Os seus principais objetivos incluem o aumento da transparência, da comparabilidade e da confiança nas qualificações; apoiar a mobilidade transfronteiras dos aprendentes e dos trabalhadores; e o reforço dos quadros nacionais de qualificações (QNQ) em consonância com as normas continentais.

O ACQF também se alinha com os objetivos estratégicos mais amplos da UA, como a Agenda 2063, e é apoiado por intervenções como a Zona de Comércio Livre Continental Africano (ZCLCA) e sistemas de aprendizagem ao longo da vida. A União Europeia (através da Fundação Europeia para a Formação, ETF) desempenhou um papel técnico importante no apoio ao desenvolvimento do ACQF.

O conceito ACQF foi lançado pela primeira vez pela União Africana em julho de 2019, com o apoio técnico e financeiro de parceiros como a União Europeia, a GIZ (a agência de desenvolvimento alemã) e a ETF.

O ímpeto do ACQF está profundamente ligado às prioridades continentais: não só para harmonizar os sistemas de educação e formação, mas também para facilitar o reconhecimento das qualificações face à crescente mobilidade laboral e à implementação da ZCLCA.

O que é a liderança da TROIKA?

A rede ACQF foi formalmente organizada na sequência de um diálogo inicial entre as partes interessadas. Durante estes debates, foram tomadas opções de governação e a presidência da troika emergiu como um modelo preferido para o seu equilíbrio de representação, especialização e continuidade.

Na estrutura de governação da rede ACQF, é utilizada uma presidência da tróica. Isto significa que três países lideram conjuntamente a presidência da Rede num dado momento. A tróica é composta por Estados-Membros com QNQ bem desenvolvidos e experiência substancial em quadros de qualificações.

Em janeiro de 2025, foram acordados os termos de referência para a rede ACQF, solidificando a estrutura da troika.

As eleições para a presidência da Rede foram concluídas em abril de 2025, resultando na atual troika:

- a. Quénia – Autoridade Nacional de Qualificações do Quénia, representada pela Dra. Alice Kande
- b. África do Sul – Autoridade Sul-Africana para as Qualificações, representada por Nadia Starr
- c. Zâmbia – Autoridade para as Qualificações da Zâmbia, representada por Mercy Ngoma



Nadia Starr, diretora executiva



Mercy Ngoma, diretora executiva



Dra. Alice Kande, diretora executiva

CARTA DO FUTURO DA EDUCAÇÃO EM ÁFRICA: DESTAQUES DO 6º FÓRUM DO QUADRO CONTINENTAL AFRICANO DE QUALIFICAÇÕES DAS MAURÍCIAS

O 6º Fórum do Quadro Continental Africano de Qualificações (ACQF) teve lugar de **30 de setembro a 2 de outubro de 2025 no Centro de Artes de Caudan, em Port Louis, nas Maurícias**, reunindo decisores políticos em matéria de educação, peritos, técnicos e partes interessadas de todo o continente sob o tema «Construir sistemas de qualificações preparados para o futuro em África».

Organizado pela rede ACQF e pela sua Presidência – que inclui o SAQA (África do Sul), o KNQA (Quénia) e o ZAQ (Zâmbia) – e coorganizado pela Comissão do Ensino Superior (CES) das Maurícias, o fórum reforçou o empenho comum de África em sistemas de qualificações transparentes, comparáveis e fiáveis que promovam a empregabilidade, a inovação e a integração continental.

DEFINIR O TOM PARA A COLABORAÇÃO E INOVAÇÃO



Nas suas observações iniciais, Alice Kande, diretora executiva da KNQA, congratulou-se com os delegados e salientou o papel vital do ACQF na promoção da confiança mútua entre os sistemas de qualificações das 55 nações africanas. Salientou o potencial transformador da Plataforma de Qualificações e Credenciais, uma inovação digital concebida para reforçar a transparência, a partilha de dados e a conectividade entre os sistemas de educação e formação.

O discurso principal da Professora Romeela Mohee, Diretora Executiva da HEC Maurícia, celebrou os esforços pioneiros da nação na reforma educativa, incluindo o lançamento do Sistema Nacional de Acumulação e Transferência de Créditos e um quadro nacional para as microcredenciais – o primeiro deste tipo em África. Estas iniciativas, observou, alinharam a aprendizagem académica com as necessidades da indústria, permitindo percursos flexíveis e empilháveis para a aprendizagem ao longo da vida.



Kaviraj Sharma Sukon, ministro do Ensino Superior, da Ciência e da Investigação, reafirmou o empenho das Maurícias em promover a transformação digital e a mobilidade regional no ensino superior. Defendeu que o ACQF funcione como um «centro de registo continental» e que apoie a circulação contínua de aprendentes e profissionais através das fronteiras africanas.



CONDUÇÃO DE PARCERIAS CONTINENTES E GLOBAIS

Representantes da **União Europeia (UE)** e **da Fundação Europeia para a Formação (ETF)** sublinharam o apoio contínuo da Europa à agenda de educação e competências em África. Através de projetos como **o ACQF-II (2023-2026)** e **o Horizonte Europa**, a UE está a ajudar os países africanos a referenciar os seus quadros nacionais, a promover o reconhecimento da aprendizagem prévia e a reforçar as competências digitais e ecológicas alinhadas com a **Zona de Comércio Livre Continental Africano (ZCLCA)**.

A **Estratégia Global Gateway da UE no valor de 150 mil milhões de EUR** e a **iniciativa PO-EFP da Equipa Europa** foram destacadas como investimentos para impulsionar a formação vocacional, a empregabilidade, e desenvolvimento sustentável.



PARTILHA DE COMPETÊNCIAS DO FUTURO E EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Várias sessões centraram-se em prioridades emergentes em matéria de competências e garantia da qualidade.

- **Microcredenciais e RPL:** Os peritos apresentaram boas práticas para integrar as microcredenciais nos quadros nacionais de qualificações, assegurando o seu reconhecimento e alinhamento com as necessidades do mercado de trabalho.
- **Competências ecológicas e digitais:** Os dados do Painel de Competências do ACQF revelaram uma procura crescente de competências ecológicas e digitais, instando os sistemas educativos a adaptarem-se às transições climática e tecnológica.
- **Integridade académica:** A Rede Global de Integridade Académica (GAIN), co-liderada pela Irlanda e pela Austrália, partilhou estratégias para combater a fraude académica e promover a aprendizagem ética a nível mundial.
- **Qualidade e reconhecimento:** O Quadro de Tripla Hélice da UNESCO – Reconhecimento, Cooperação e Qualidade – foi apresentado como uma pedra angular para harmonizar as normas e promover a cooperação internacional.

AVANÇAM NA IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA DO ACQF

O Fórum registou progressos significativos dos cinco clusters técnicos:

1

CLUSTER 1

Avançar com a referenciação do Quadro nacional ao ACQF, para permitir o reconhecimento das qualificações.

2

CLUSTER 2

Acelerar a adoção do QCP e promover a digitalização em todos os sistemas educativos.

3

CLUSTER 3

Reforçar o QNQ, o RPL e a aplicação da garantia da qualidade em todos os Estados-Membros

4

CLUSTER 4

Melhorar a comunicação, a visibilidade e a partilha de conhecimentos, incluindo planos para lançar um boletim informativo do ACQF.

5

CLUSTER 5

Explorar os quadros jurídicos para o registo formal do ACQF, tendo o Quénia emergido como país de acolhimento preferido.



OBSERVAÇÃO: SUSTENTABILIDADE DA EDUCAÇÃO EM ÁFRICA EM TRANSFORMAÇÃO

O fórum concluiu com um forte apelo à sustentabilidade para além da vida útil do projeto ACQF-II, que termina em 2026. Os delegados salientaram a necessidade de uma estrutura de governação permanente do ACQF para salvaguardar realizações como a Plataforma de Qualificações e Credenciais, os perfis profissionais e os programas de reforço das capacidades em curso. Nairobi, no Quénia, e Adis Abeba, na Etiópia, foram propostos como potenciais anfitriões para o próximo fórum. A sessão de encerramento reafirmou a visão comum de África de um ecossistema de educação e formação coeso, inclusivo e preparado para o futuro que apoie a mobilidade, o reconhecimento mútuo e a aprendizagem ao longo da vida para todos.



“ Quando construímos quadros transparentes e reconhecidos em todo o mundo, criamos oportunidades para todos os aprendentes em África.”

– Dr. Kaviraj Sharma Sukon Ministro do Ensino Superior, da Ciência e da Investigação, Maurícias

HISTÓRIA DE SUCESSO DO MÊS

PRINCIPAIS MICRO-CREDENCIAIS NO KENYA

O que foi feito:



A Autoridade Nacional de Qualificações do Quénia (KNQA), juntamente com a Commonwealth of Learning e os prestadores de formação locais, desenvolveram um projeto-piloto que integra as microcredenciais no Quadro de Qualificações do Quénia. Tal inclui a definição de normas, processos de validação e ferramentas de verificação digital.

Por que razão é importante:



As microcredenciais permitem que os formandos obtenham reconhecimento por uma aprendizagem curta e baseada em competências, especialmente benéfica para os jovens, os profissionais que trabalham e aqueles que aprendem fora dos sistemas formais.

Impacto até à data:



- Mais de 1 200 partes interessadas envolvidas — incluindo empregadores, prestadores de formação, organismos governamentais e aprendentes.
- Dois programas-piloto validaram com êxito as microcredenciais no domínio das competências TIC e das competências verdes.
- Os resultados iniciais indicam uma melhoria da empregabilidade para mais de 300 participantes que utilizaram microcredenciais documentadas em candidaturas a emprego.

Olhando para o futuro:



- A KNQA pretende apresentar uma Política de Microcredenciais formal até o segundo trimestre do próximo ano, que incluirá diretrizes para garantia de qualidade, reconhecimento e credenciais digitais.

BOAS PRÁTICAS & ABORDAGENS INOVADORAS

Seguem-se três modelos dos Estados-Membros que estão a dar bons exemplos:

África do Sul	Desenvolvimento de orientações sólidas em matéria de reconhecimento da aprendizagem prévia (RPL); alargado de modo a incluir competências informais e baseadas na comunidade.	Mais pessoas, especialmente nas zonas rurais, obtêm agora reconhecimento formal; reduz a redundância na aprendizagem; apoia a aprendizagem ao longo da vida.
Namíbia	Digitalização do QNQ; lançou um portal de verificação online das qualificações e dos certificados.	Os empregadores e as instituições de ensino podem verificar as credenciais em minutos; reduz a fraude; aumenta a confiança.
Marrocos	Introduziu normas setoriais de qualificação para as indústrias emergentes (por exemplo, energias renováveis, serviços digitais).	Alinhar a formação com as necessidades da indústria; melhora a empregabilidade; apoia as transições ecológica e tecnológica.



PUBLICAÇÕES & RECURSOS

Aqui estão os relatórios recém-lançados, conjuntos de ferramentas e recursos online valiosos para NQA, formuladores de políticas e partes interessadas:

- **Resumo da política do ACQF #7:** Aproveitar as credenciais digitais para a mobilidade africana de competências – discute quadros técnicos, normas e estudos de caso para credenciais digitais.
- **Compêndio do estudo de caso:** Um conjunto de 10 relatórios pormenorizados por país que abrangem as reformas do QNQ, os sistemas de reconhecimento e a participação das partes interessadas.
- **Conjunto de ferramentas de formação:** Orientações práticas para referenciar os quadros nacionais de qualificações ao ACQF – inclui modelos, lista de verificação e módulo de aprendizagem entre pares.



MARCOS RECENTES

- Mais de 40 países africanos submeteram os seus planos-quadro de referência ao ACQF ao secretariado.
- O portal online da ACQF registou um aumento de 25% no tráfego este mês, especialmente nas secções de Boas Práticas e Recursos.
- Lançamento de um fórum online no site da ACQF para aprendizagem entre pares entre os Estados-membros.

ENVOLVA-TE

Quer contribuir ou manter-se envolvido com o trabalho do ACQF?

- Junte-se à nossa Rede ACQF: Partilhe as suas melhores práticas, contribua para recursos, participe em webinars.
- Subscreva as nossas atualizações: inscrição na Newsletter – (site do ACQF) acqf_au.org/subscribe
- Dê feedback: Agradecemos contributos sobre ferramentas, políticas e qualquer outra coisa. Utilização: <https://acqf.africa/about/contact-us>
- Siga-nos no Twitter @ACQFAfrica

RECONHECIMENTO DA APRENDIZAGEM PRÉVIA E ACQF: PROGRESSOS DOS PAÍSES

O Reconhecimento da Aprendizagem Prévia (RPL) permite que a aprendizagem dos indivíduos — adquirida através de percursos formais, não formais e informais — seja avaliada, reconhecida e certificada, de modo a poder contribuir para as qualificações, as oportunidades de emprego e a aprendizagem ao longo da vida. No contexto do ACQF, o RPL contribui para os principais objetivos de transparência, mobilidade, e a comparabilidade das qualificações em África.

Seguem-se indicadores-chave dos progressos realizados pelos países na aplicação da RPL no âmbito do ACQF, obtidos a partir de inquéritos, estudos de casos e iniciativas continentais:

Principais Instrumentos & Quadros

O documento estratégico do ACQF foi validado pela Comissão da União Africana (CUA) em julho de 2023, tendo a execução sido formalmente iniciada através do projeto ACQF-II (2023-2026). O ACQF emitiu orientações sobre «Validação e reconhecimento da aprendizagem», que incluem explicitamente a RPL/Validação da experiência adquirida como um instrumento importante.



Country Progress – Selected Examples

- O inquérito ACQF-II de 2024 sobre a RPL recebeu respostas de 28 países africanos, fazendo um levantamento do estado das políticas e das práticas.
- Nesse inquérito, cerca de 40% dos países inquiridos indicaram que as suas políticas em matéria de RPL estavam «estabelecidas, mas ainda não estavam a funcionar» – o que significa que existe um quadro, mas a aplicação ainda está em desenvolvimento.
- Muitos países encontram-se em fases preparatórias: consultas das partes interessadas, projeto-piloto programas, avaliações das necessidades. Por exemplo, o inquérito observa que os setores do ensino e formação profissionais (EFTP) do & técnico são os mais frequentemente abrangidos pelos programas de aprendizagem ao longo da vida nos países africanos.
- Casos específicos por país:
 - O Quénia lançou uma política nacional de RPL em março de 2024, normalizando o processo de identificação, documentar, avaliar e certificar as competências adquiridas de forma informal e não formal.
 - Quénia está também entre os primeiros seis países a referenciar o seu Quadro Nacional de Qualificações (QNQ) ao ACQF, alinhando-se assim a nível nacional com o instrumento continental.
 - Um grupo de cinco países Cabo Verde, Quénia, Maurícias, Seychelles e África do Sul manifestaram interesse em referenciar os seus QNQ com o ACQF.

Percepção & Tendências Emergentes

- O RPL é cada vez mais reconhecido não só como um mecanismo de acesso, mas também como um mecanismo de credenciamento: muitos países permitem resultados de RPL, para a obtenção da qualificação, transferência de crédito para uma qualificação ou isenções de módulos.
- Está a emergir uma forte ênfase na utilização do RPL para melhorar a empregabilidade, e não apenas o acesso ao ensino formal. A maioria dos países inquiridos selecionou a empregabilidade como a principal prioridade para o RPL.
- A conceção dos sistemas de RPL varia consideravelmente entre países: alguns limitam a elegibilidade, mas dispõem de sistemas de avaliação separados, outros integram o RPL nos quadros gerais de avaliação.
- Subsistêm grandes desafios: financiamento e
- sustentabilidade dos processos de RPL; sensibilização das partes interessadas; confiança nos processos de certificação; coordenação interministerial.



Implicações Políticas & Práticas

- O alinhamento dos quadros nacionais (QNQ) com o QACQ reforçará a credibilidade do RPL e facilitará o reconhecimento transfronteiras de competências e qualificações.
- Os países em fase avançada de desenvolvimento do QNQ e do RPL (por exemplo, Quénia, África do Sul, Maurícias) podem fornecer práticas-modelo para outros.
- A tónica deve ser colocada na criação de políticas de RPL transparentes e de qualidade garantida, no reforço das capacidades dos avaliadores, na participação dos empregadores e das partes interessadas do setor informal, e tirar partido das plataformas digitais para obter credenciais.

- Devem ser reforçados os mecanismos de acompanhamento e avaliação para acompanhar o número de pessoas que accedem ao RPL e deles beneficiam e a forma como os RPL se relacionam com os resultados da aprendizagem ao longo da vida e do emprego e a forma como interagem com a agenda de referenciação e mobilidade das qualificações do ACQF.

Ao basear-se em progressos concretos a nível nacional, torna-se claro que o RPL está a ganhar impulso no ecossistema do ACQF em toda a África. Está a passar cada vez mais das fases de formulação de políticas para as fases de execução, embora de forma desigual entre os países, e apresenta um mecanismo crítico para tornar os sistemas de qualificações em África mais inclusivos, flexíveis e favoráveis à mobilidade.

País	Estado da política do RPL	Principais desenvolvimentos/e tapas	Alinhamento com o estatuto ACQF/NQF	Desafios & Próximas etapas
Quénia	Lançamento da política nacional de RPL (2024)	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolveu diretrizes abrangentes de RPL através da KNQA. RPL-piloto no setor do EFTP e no setor informal. A política apoia a validação de competências adquiridas fora do ensino formal. 	<p>Entre os primeiros seis países a referenciar o QNQ ao QACQ.</p> <p>Integração do RPL nos mecanismos nacionais de garantia da qualidade.</p>	Alargar a aplicação em todos os setores; criação de sensibilização; formação de avaliadores.
África do Sul	Sistema RPL maduro (desde 2008)	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecimento de centros de RPL em todos os estabelecimentos de ensino e formação. Política nacional de RPL (2016) plenamente operacional. Utilizado para a transferência de créditos e para a atribuição de qualificações completas. 	Atua como um modelo de referência para as diretrizes do ACQF e para a aprendizagem entre pares.	Garantir a inclusividade em todas as províncias; custo e sustentabilidade.
Maurícias	Quadro nacional operacional para os RPL (desde 2013)	<ul style="list-style-type: none"> RPL executada ao abrigo da Autoridade para as Qualificações das Maurícias (MQA). Abrange os sectores do ensino técnico, profissional e superior. 	País participante no processo de referenciação ao ACQF.	Expansão para setores de aprendizagem não formal e comunitária.
Seychelles	Sistema de RPL operacional desde 2018. O quadro do RPL foi revisto em 2025	Sistema de RPL operacional desde 2018. O quadro da RPL foi revisto em 2025	País participante no processo de referenciação ao ACQF.	Necessidade de ferramentas normalizadas e maior capacidade de avaliação
Gana	Política de RPL em fase de projeto	<ul style="list-style-type: none"> Criação de um grupo de trabalho técnico. Projectos-piloto realizados no sector informal (artesãos, construção). 	Beneficiário da assistência técnica do ACQF-II.	Finalização da política e integração no sistema do QNQ.

Moçambique	Fase política e fase-piloto	<ul style="list-style-type: none"> Apoiado pelo ACQF-II para desenvolver procedimentos de RPL. Centrar-se no EFTP e na educação de adultos. 	Participar no inquérito do ACQF e na rede de aprendizagem entre pares.	Criação de uma base de dados nacional e processo de certificação.
Essuatíni	Fase inicial de desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> Visitas de avaliação comparativa (por exemplo, ao KNQA-Quénia, 2025). Desenvolvimento de um quadro político para a avaliação e certificação. 	Ligado à cooperação técnica do ACQF-II.	Reforço das capacidades e coordenação institucional.
Botsuana	Política aprovada, execução em curso	<ul style="list-style-type: none"> A BQA gera o RPL em todo o EFTP e no ensino superior. Colaboração com os empregadores para o reconhecimento de competências no local de trabalho. 	Envolveu-se em atividades de aprendizagem entre pares do ACQF.	Expansão para a aprendizagem não formal e setores profissionais contínuos.
Cabo Verde	Funcionamento da política de RPL	<ul style="list-style-type: none"> Utilização activa de RPL para adultos e trabalhadores. Incluído no grupo pioneiro de referência do ACQF. 	NQF referenciado ao ACQF.	Reforçar os mecanismos de acompanhamento e avaliação.
Zâmbia	Política e projetos-piloto operacionais	<ul style="list-style-type: none"> RPL integrada no Quadro de Qualificações da Zâmbia. Projectos-piloto sectoriais no sector mineiro e da construção. 	Parte do inquérito ACQF-II e rede de colaboração.	Sensibilizar os empregadores e os prestadores de serviços de educação.

Principais informações continentais

- Mais de **28 países africanos** participaram no inquérito ACQF-II de 2024 sobre RPL, mapeando políticas e práticas.
- Cerca de 40 % dos países inquiridos têm políticas de RPL estabelecidas, mas ainda não plenamente operacionais.
- Os setores do **EFTP** estão a liderar a implementação, embora a integração no ensino superior esteja a aumentar.
- Países como **o Quénia, a África do Sul, as Maurícias e Cabo Verde** estão a emergir como modelos de referência continentais para o alinhamento RPL e ACQF.
- Persistem grandes lacunas no financiamento, na sensibilização e na normalização, que o ACQF-II procura colmatar através do apoio técnico, da aprendizagem entre pares e da harmonização das políticas.

MICROCREDENCIAIS E QUADRO CONTINENTAL AFRICANO DE QUALIFICAÇÕES (ACQF)

As microcredenciais são programas de aprendizagem curtos e direcionados que certificam aptidões, conhecimentos ou competências específicos adquiridos através da aprendizagem formal, não formal ou online. Ao contrário das qualificações tradicionais, que exigem frequentemente longos períodos de estudo, as microcredenciais centram-se em resultados de aprendizagem bem definidos que satisfazem necessidades imediatas do mercado de trabalho ou de desenvolvimento profissional. Normalmente, são flexíveis, modulares e empilháveis, permitindo aos aprendentes desenvolver progressivamente as suas competências e, em alguns casos, combinar várias microcredenciais para uma qualificação completa.

Em toda a África, as microcredenciais estão a ganhar ímpeto como uma resposta inovadora à evolução do mundo do trabalho, impulsionada pelo progresso tecnológico, pela transformação digital e pela mudança dos padrões de emprego. Oferecem oportunidades de melhoria de competências e requalificação dos trabalhadores, reforçando a empregabilidade e apoiando a aprendizagem ao longo da vida.

O Quadro Continental Africano de Qualificações (ACQF) – uma iniciativa da União Africana (UA) – proporciona uma plataforma continental para promover o reconhecimento, a transparência e a garantia da qualidade das qualificações, incluindo as microcredenciais. No âmbito do ACQF, as microcredenciais são vistas como uma ferramenta importante para alargar o acesso à aprendizagem, colmatar lacunas de competências e apoiar a mobilidade de aprendentes e trabalhadores entre países africanos.

Alinhando as microcredenciais com os Quadros Nacionais de Qualificações (QNN) e remetendo-as para o ACQF, os países africanos podem assegurar que estas novas formas de aprendizagem são credíveis, comparáveis e portáteis além-fronteiras. Este alinhamento ajuda a estabelecer normas claras para a conceção, a entrega e a avaliação, assegurando que as microcredenciais têm um valor e um reconhecimento coerentes entre as instituições e os empregadores.

O ACQF está também a desenvolver orientações e tipologias para a inclusão de microcredenciais nos sistemas de qualificações. Estes esforços apoiam a harmonização e a garantia da qualidade, permitindo simultaneamente que os prestadores de ensino e formação inovem de forma flexível e orientada para a procura.

À medida que a África avança em direção a um ecossistema integrado de educação e desenvolvimento de competências, as microcredenciais, guiadas pelos princípios do ACQF, representam um poderoso instrumento para a aprendizagem ao longo da vida, a empregabilidade e o crescimento inclusivo em todo o continente.

Principais publicações recentes & Relatórios

1 Inquérito ACQF 2024: Quadros Nacionais de Qualificações em África

- Este relatório apresenta as conclusões de 51 respostas completas em 29 países africanos.
- Examina o estado de desenvolvimento do QNN, a governação, os resultados da aprendizagem, os sistemas de crédito, as necessidades e as lições aprendidas.

2 Lista de publicações do ACQF (atualizada em 31 de dezembro de 2024)

- Uma lista exaustiva das realizações do projeto ACQF-II (2019-2022; 2023-2024), incluindo inquéritos, estudos cartográficos, orientações, relatórios, fichas informativas, etc.

3 Resumos temáticos do ACQF (via NEPAD / Portal de Competências para a Juventude) Uma série de resumos sobre temas como:

- Descritores de nível nos quadros de qualificações (24 quadros examinados)
- Competência enquadramentos (p. ex. competências transversais, competências digitais, empreendedorismo)
- Garantia de Qualidade em EFTP, governação do QNN, quadros regionais, etc.

4 Integração de Novas Qualificações & Competências em África—UNESCO/UNEVOC/BILT

- Centra-se na forma como os países africanos estão a integrar novas competências no EFTP (incluindo a aprendizagem não formal e informal) no âmbito dos QNN).
- Destaca os desafios (capacidade, percepções, adaptação enquadramentos para contextos locais) e implicações políticas.

Notícias recentes & Desenvolvimentos

I. Novos Presidentes da Rede ACQF

- **Nadia Starr** (CEO da Autoridade Sul-Africana de Qualificações (SAQA)) é eleita Presidente da Rede ACQF.
- **Mercy Ngoma** (CEO da Zâmbia Qualificações Autoridade (ZAQA) é eleito presidente da rede ACQF.
- **Alice Kande** (CEO da Autoridade Nacional de Qualificações do Quénia (KNQA)) foi eleita Presidente da Rede ACQF.

2. Lançamentos / Chamadas / Fóruns

- Convites à apresentação de boas práticas: Competências verdes & Qualificações em África (as competências verdes estão a tornar-se mais centrais).
- Eventos do Fórum Continental Africano - ACQF (recentes e futuros) onde estão a ser debatidas experiências, políticas e questões de implementação por país.
- Publicação do Manual de Microcredenciais.

O QUE SÃO COMPETÊNCIAS VERDES? COMPETÊNCIAS E QUADROS NACIONAIS DE QUALIFICAÇÃO

A transição para uma economia sustentável e hipocarbónica fez das competências verdes um tema central na educação, na formação e no desenvolvimento da mão de obra em África e no mundo. Estas competências são fundamentais para promover o crescimento inclusivo e sustentável, promover a resiliência ambiental e criar novas oportunidades no âmbito da economia verde.

As competências verdes referem-se aos conhecimentos, competências, valores e atitudes necessários para viver, trabalhar e agir de forma a minimizar os impactos ambientais negativos. Capacitam as pessoas a contribuir para o desenvolvimento sustentável e a participar eficazmente em setores ecológicos emergentes, como as energias renováveis, a gestão de resíduos, a agricultura sustentável e a inovação inteligente em matéria de clima. As competências verdes podem ser agrupadas em três categorias:



Competências transversais: Pensamento sustentável e consciência ambiental aplicável a todas as profissões e setores.



Competências setoriais específicas: Competências que permitem a adaptação de padrões, processos e serviços para proteger ecossistemas e conservar recursos.



Competências técnicas especializadas: Conhecimentos especializados avançados necessários para conceber e aplicar tecnologias ecológicas, incluindo sistemas de energias renováveis e inovações em matéria de reciclagem.

Os quadros de qualificações nacionais e continentais – como o ACQF – desempenham um papel fundamental na integração das competências verdes nos sistemas de educação e formação. Ao incorporar princípios de sustentabilidade nos processos de conceção, avaliação e reconhecimento de qualificações, estes quadros asseguram que os aprendentes e os trabalhadores adquirem competências pertinentes e orientadas para o futuro para uma transição ecológica.

À medida que a África acelera a implementação do Quadro Continental Africano de Qualificações, a integração das competências verdes será essencial para alinhar as qualificações com os objetivos globais de sustentabilidade, melhorar a empregabilidade e apoiar a realização da Agenda 2063 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

HEC MAURÍCIAS - HISTÓRIAS DE SUCESSO

HABILITAR MAIS DE 4000 APRENDIZES – VISÃO DA HEC PARA UMA NAÇÃO REALIZADA

Numa iniciativa audaciosa para democratizar o acesso a uma educação de qualidade e dar resposta à evolução das exigências do mercado de trabalho, a Comissão do Ensino Superior (CES), Maurícias, liderou as Competências COL para o Trabalho



Projeto de Bolsas de Estudo (2021-2024) em colaboração com a Commonwealth of Aprendizagem (COL) e os ministérios. Através desta iniciativa, foram concedidas mais de 4 000 bolsas de estudo, permitindo aos alunos de toda as Maurícias inscreverem-se em mais de 14 000 cursos de microcredenciais.

Estes cursos estão estrategicamente alinhados com as necessidades da indústria, oferecendo oportunidades de aprendizagem flexíveis e direcionadas em domínios como a literacia digital, o empreendedorismo e as competências técnicas.

A liderança da HEC foi fundamental para:

1. Conceber o quadro das bolsas de estudo para garantir inclusão e acessibilidade.
2. Coordenar-se com a COL para garantir ofertas de cursos de alta qualidade.
3. Acompanhar e avaliar os resultados para fundamentar futuras orientações políticas.

O impacto da iniciativa foi multifacetado. Permitiu às pessoas requalificarem-se e melhorarem as suas competências, reforçou a empregabilidade e promoveu uma cultura de aprendizagem contínua. Além disso, posicionou as Maurícias como um modelo regional para uma reforma do ensino modular e orientada pela procura, mostrando como as parcerias estratégicas e a inovação digital podem transformar o ensino superior.

Além disso, o êxito do Projeto de Bolsas de Competências para o Trabalho lançou as bases para futuras iniciativas destinadas a integrar as microcredenciais nos percursos educativos formais. Além disso, reforçou o papel da HEC como catalisador da transformação educativa, empenhada na criação de uma mão de obra qualificada, adaptável e preparada para o futuro.

Uma das principais conquistas do projeto foi a sua capacidade de alcançar perfis diversos de aprendentes, incluindo adultos trabalhadores, jovens desempregados e indivíduos que desejavam adquirir uma nova competência. Ao remover barreiras financeiras e oferecer aprendizagem online e a ritmo próprio, o projeto promoveu a equidade no ensino superior. Os cursos de microcredenciais, ministrados através do Coursera, Grow with Google e Udemy, eram modulares e empilháveis, permitindo aos alunos desenvolver competências progressivamente. Esta abordagem permitiu aos participantes adaptar as suas jornadas de aprendizagem de acordo com os objetivos pessoais e as exigências do mercado, aumentando assim tanto a empregabilidade como a adaptabilidade.

O papel proativo da HEC nesta iniciativa não só granjeou reconhecimento regional, como, através deste projeto, exemplificou a forma como as parcerias estratégicas, o planeamento baseado em dados e as políticas inclusivas podem transformar os sistemas de ensino superior para responder aos desafios do século XXI. A Comissão realizou um estudo de avaliação em agosto-setembro de 2024 para avaliar os resultados do programa de bolsas de estudo «Col Skills for Work» nas Maurícias. Administrado através de um inquérito estruturado e debates em grupos focais, o estudo revelou que 96% dos inquiridos adquiriram ou melhoraram competências, com 91% a relatar um aumento da confiança e do empoderamento pessoal. Quase metade dos participantes conseguiu emprego após a formação, enquanto 30,5% receberam promoções. O programa influenciou significativamente as aspirações de carreira, com 91% expressando o desejo de prosseguir os estudos. Além disso, 67 % dos inquiridos indicaram que não se teriam inscrito sem apoio financeiro, sublinhando o papel do programa na promoção do acesso equitativo à educação. Estas conclusões confirmam a eficácia do programa na promoção da empregabilidade, da aprendizagem ao longo da vida e do impacto na comunidade.

HISTÓRIA DE SUCESSO 2: CONSTRUÇÃO DE UM QUADRO NACIONAL

CONSTRUIR UM QUADRO NACIONAL – A HEC ABRE CAMINHO PARA MICROCREDENCIAIS NAS MAURÍCIAS

Em resposta à transição mundial para uma aprendizagem flexível e baseada nas competências, a Comissão do Ensino Superior das Maurícias surgiu como pioneira no desenvolvimento de um quadro nacional de microcredenciais. Reconhecendo o potencial transformador das microcredenciais no reforço da empregabilidade e da aprendizagem ao longo da vida, a HEC assumiu a liderança para incorporar estas credenciais no sistema de ensino superior nacional.

Um dos marcos mais significativos foi a alteração da Lei do Ensino Superior, em julho de 2025, que conferiu à HEC o mandato jurídico para aprovar e reconhecer as microcredenciais oferecidas pelas instituições de ensino superior. Esta reforma legislativa proporcionou a base regulamentar necessária para a integração formal das microcredenciais no quadro nacional de qualificações.

A HEC também liderou a criação do Sistema Nacional de Acumulação e Transferência de Crédito (NCVTS), um mecanismo concebido para facilitar a portabilidade e o reconhecimento de créditos entre instituições. Este sistema garante que as microcredenciais podem ser empilhadas e transferidas, apoiando assim a mobilidade e a progressão dos aprendentes dentro dos setores da educação e entre eles.

Em colaboração com o IIEP da UNESCO, a HEC realizou estudos de base abrangentes e inquéritos nacionais para recolher dados sobre a prontidão das instituições e as necessidades dos aprendentes e dos empregadores em matéria de microcredenciais no ensino e formação técnicos e profissionais (EFTP) e no ensino superior (ES). Estes estudos serviram de base ao desenvolvimento de um quadro nacional e de um plano para as microcredenciais, que delineia uma abordagem estratégica faseada para a implementação tanto do ensino superior como no sector do EFTP.

O Plano de Ação para as Microcredenciais no Ensino Superior proporciona um quadro estratégico para integrar as microcredenciais no ecossistema de ensino superior nas Maurícias, assegurando flexibilidade, pertinência e qualidade. O quadro salienta princípios unificadores como a transparência, a portabilidade, a colaboração da indústria, a conceção centrada no aluno e a garantia rigorosa da qualidade, através da supervisão externa pela Comissão do Ensino Superior e de mecanismos institucionais internos.

Os elementos críticos incluem resultados de aprendizagem claros, uma avaliação sólida e o alinhamento com o Quadro Nacional de Qualificações, a fim de garantir o reconhecimento e a transferência de créditos. A execução seguirá uma abordagem faseada de 2026 a 2027, introduzindo microcredenciais académicas, lideradas pela indústria e totalmente empilháveis. Esta iniciativa visa reforçar a empregabilidade, promover a melhoria de competências e a requalificação e posicionar as Maurícias como um interveniente competitivo na economia mundial do conhecimento, assinalando uma transição transformadora para uma educação inclusiva e orientada para a procura.

A abordagem inclusiva da HEC foi evidente na sua organização de consultas multilaterais e seminários de validação, que reuniram representantes do meio académico, da indústria, das entidades reguladoras e de parceiros internacionais. Estes compromissos asseguraram que o quadro era contextualmente pertinente, institucionalmente alinhado e objeto de uma avaliação comparativa a nível mundial.

O culminar destes esforços foi a publicação do Relatório de Estudo de Caso da UNESCO IIEP intitulado Microcredenciais nas Maurícias.

– Rumo a um quadro nacional para o EFTP e o ensino superior.

Este relatório posicionou as Maurícias como líder regional em inovação educativa, salientando o papel proativo da HEC na configuração de sistemas de ensino superior preparados para o futuro.





Antecedentes: Ensino superior Comissão (HEC) Maurícias

A Comissão do Ensino Superior (CES) das Maurícias é o organismo regulador responsável pelo desenvolvimento estratégico e pela governação do setor do ensino superior na República das Maurícias. Fundada ao abrigo da Lei do Ensino Superior de 2017, a HEC opera sob a égide do Ministério da Educação, do Ensino Superior, da Ciência e da Investigação e serve como um motor fundamental da reforma do ensino superior, da inovação e da colaboração internacional.

O mandato da HEC abrange principalmente a concessão de fundos públicos às instituições públicas de ensino superior, o registo e acreditação de instituições de ensino superior, a formulação de orientações e a promoção da investigação. Desempenha um papel central no alinhamento do sistema nacional de ensino superior com as normas internacionais, assegurando simultaneamente que continua a responder às necessidades socioeconómicas locais.

Todos os relatórios estão acessíveis no sítio Web da HEC em <https://www.hec.mu>



REFERENCIAÇÃO AO QUADRO AFRICANO DE QUALIFICAÇÕES (ACQF)

A referenciação ao Quadro Continental Africano de Qualificações (ACQF) é um processo estruturado através do qual um quadro nacional ou regional de qualificações é comparado e alinhado com o ACQF. O processo reforça a transparência, a comparabilidade e o reconhecimento mútuo das qualificações em África, apoiando assim a mobilidade dos aprendentes e dos trabalhadores no continente.

O ACQF, desenvolvido sob a coordenação da União Africana (UA) com o apoio técnico da Fundação Europeia para a Formação (ETF), serve de ponto de referência continental para a garantia da qualidade, o reconhecimento da aprendizagem e a harmonização dos sistemas de qualificações. É um dos principais instrumentos para implementar a Zona de Comércio Livre Continental Africano (ZCLCA) e a visão da Agenda 2063 de uma África integrada, próspera e pacífica.

Através da referenciação, os países e as comunidades económicas regionais (CER) demonstram de que forma os seus quadros de qualificações correspondem aos níveis e descritores do ACQF. Este processo envolve uma autoavaliação pormenorizada, a consulta das partes interessadas e a documentação dos princípios, políticas e mecanismos de garantia da qualidade do sistema nacional, culminando num relatório de referenciação que é revisto pelos pares e validado a nível continental. Os benefícios da referenciação são substanciais. Reforça a confiança e a cooperação entre as autoridades africanas responsáveis pelas qualificações, promove o reconhecimento transfronteiriço de aptidões e competências e facilita a mobilidade académica e profissional. Para os alunos, a referenciação abre caminhos para a aprendizagem ao longo da vida e oportunidades de emprego em toda a África. Para os empregadores, aumenta a confiança na qualidade e comparabilidade das qualificações obtidas em diferentes países.

GALARIA



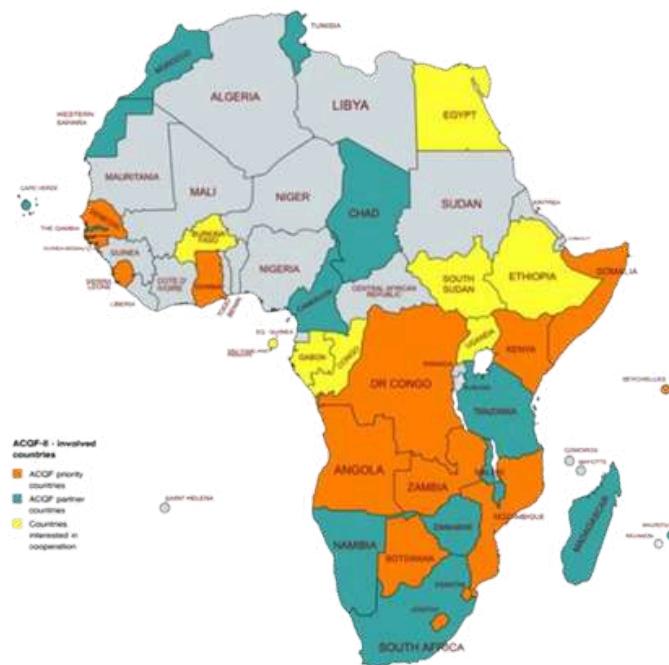
Vários países africanos, em colaboração com a Comissão da União Africana (CUA) e parceiros, estão a participar activamente nesta iniciativa continental. A referenciação em curso ao ACQF reflete o empenho de África em reforçar o seu Quadro Nacional de Qualificações (QNQ), promover o reconhecimento mútuo das qualificações e contribuir para a agenda mais ampla de África em matéria de educação e desenvolvimento de competências

NOVA INVESTIGAÇÃO NOF

O primeiro inquérito do QNQ realizado pelo ACQF-II é uma atualização do estudo de levantamento aprofundado que lançou as atividades do ACQF-I em 2020, com uma cobertura de 14 países e 3 regiões. O novo inquérito (2024) recebeu 51 respostas completas, provenientes de 29 países, e recolheu informações úteis e diversificadas sobre uma vasta gama de características dos QNQ, incluindo objetivos, níveis, utilização de resultados da aprendizagem, governação e políticas conexas. O objectivo do inquérito foi recolher dados e atualizar o mapeamento dos QNQ em toda a África. Os dados serão integrados na base de dados atualizada anualmente sobre o ponto da situação dos quadros de qualificações em todos os Estados-Membros da União Africana e nas Comunidades Económicas Regionais. Assim, os resultados do inquérito são fundamentais para fornecer uma panorâmica geral do panorama das qualificações e dos domínios relacionados com os quadros de qualificações.

O inquérito incluiu 48 perguntas de vários tipos e utilizou múltiplas lógicas de visualização. A principal ramificação do inquérito baseou-se no nível de desenvolvimento do QNQ. A maioria das perguntas são fechadas, de escolha única e múltipla ou envolvem classificações de importância. Além disso, o inquérito incluiu várias perguntas abertas e, em vários casos, uma opção de caixa de texto para solicitar informações mais pormenorizadas ou para os casos em que o respondente pretendia dar uma resposta fora da lista predeterminada de opções.

No total, o inquérito recebeu 51 respostas completas. Consideram-se respostas completas aquelas que responderam a todas as perguntas obrigatórias e chegaram ao final do inquérito, pelo que as perguntas não obrigatórias podem não ter sido respondidas por todos os 51 inquiridos.



O número total de respostas completas veio de 29 países. Posteriormente, alguns países receberam várias respostas. A análise inicial dos dados deixou claro que estas respostas por país eram muitas vezes contraditórias. Ao longo do relatório, assinalamos quaisquer incoerências entre os inquiridos.

O questionário foi estruturado em seis secções principais:

- Aspetos demográficos e organizacionais
- Quadro Nacional de Qualificações (QNZ) – Desenvolvimento e Governação
- Características do QNZ
- Sistemas de créditos do QNZ
- Impacto, necessidades e ensinamentos retirados dos QNZ
- Quadros Regionais de Qualificações

Síntese das conclusões

O inquérito online abrangeu 29 países (através de 51 respostas) dos possíveis 55 Estados-Membros da União Africana. Segue-se um resumo das constatações, de acordo com os principais temas do inquérito:

Nível de desenvolvimento e governação do QNZ: Os departamentos e os ministérios da educação, as agências de qualificações ou os institutos são responsáveis pela coordenação e supervisão globais do desenvolvimento e da execução do QNZ. O dia-a-dia é normalmente gerido por agências de qualificações ou institutos, bem como departamentos ou ministérios da educação.

Recursos: A maioria dos QNZ é gerida e sustentada pelo orçamento do Estado, mas uma parte considerável é também financiada em parte pela cooperação internacional. Outros tipos de financiamento também estão presentes de forma limitada e cinco países indicaram não ter financiamento estável.

Características do QNZ:

- A principal base legal para os QNZ são geralmente leis ou atos sobre as autoridades dos QNZ ou um decreto sobre os QNZ.
- Cerca de metade dos QNZ cobre todos os setores. Aqueles com cobertura parcial geralmente não incluem educação para adultos.
- Além disso, a educação geral, o ensino superior e a TVET são os principais setores com sub-quadros separados.
- Normalmente, os QNZ têm 10 níveis, enquanto alguns têm 8 ou mais de 10 níveis. As classificações nacionais de educação, as classificações da UNESCO e as classificações ocupacionais nacionais são as taxonomias mais utilizadas.

- Conhecimento, competências, competências e autonomia foram os descritores de domínio mais usados nos países.
- Cerca de metade dos inquiridos relatou incluir QNQ de aprendizagem não formal ou informal através do reconhecimento da aprendizagem prévia.
- Os resultados de aprendizagem estão presentes nos currículos da TVET com maior frequência, mas também em todos os setores, de forma elevada.
- Um terço dos países com QNQ desenvolveu uma base de dados ou registo. Metade destas bases de dados abrange todos os setores da educação e formação.

Sistemas de e crédito: Os sistemas de acumulação e transferência de créditos não são aplicados na maioria dos casos. Se existir, o setor mais abrangido é o ensino superior, com menor cobertura do EFTP ou do ensino geral. A esmagadora parcela definiu créditos como iguais a 10 horas nacionais de estudo.

Sensibilização para os QNQ: A sensibilização para os QNQ por parte dos organismos de garantia da qualidade, das autoridades e organismos regionais, bem como dos prestadores de ensino e formação, é consideravelmente superior à de outros grupos». As partes interessadas do mercado de trabalho, os aprendentes e os estudantes, os profissionais de orientação e aconselhamento têm menos conhecimentos sobre os QNQ.

Quadros Regionais de Qualificações: A maioria dos inquiridos referiu que um QRQ está estabelecido na sua região. Nos casos em que existe um QNQ, a maioria dos Estados referenciaram os seus QNQ ao quadro regional.

AMPLIAR A TONALIDADE



GOVERNAÇÃO

Na maioria das vezes, os departamentos ou ministérios da educação são as principais organizações responsáveis pela coordenação e supervisão globais dos QNQ (selecionados 19 vezes, ou seja, 37,3 % dos inquiridos). Em alternativa, as agências ou institutos de qualificações (18, ou 35,3 %) são também frequentemente as principais organizações responsáveis. Outros ministérios podem também ser o principal organismo responsável, como os Departamentos ou Ministérios do Ensino Superior (8 inquiridos) ou os Departamentos e Ministérios do EFTP e das Profissões (8).

Outras organizações (6 respostas, tais como autoridades competentes em matéria de qualificações, conselhos de administração ou conselhos nacionais para créditos técnicos e outros créditos académicos), organismos de garantia da qualidade e de acreditação (7) foram algumas das outras organizações frequentemente indicadas.

Ao contrário da coordenação geral dos NQFs, a gestão diária é geralmente supervisionada mais por agências ou institutos de qualificação (21 ou 46,7%) do que por ministérios ou departamentos. No entanto, os países africanos tendem a variar bastante neste aspeto. Mais detalhadamente, outras organizações que tendem a gerir a implementação e a gestão diária são: Departamentos ou Ministérios da Educação (14 ou 31,1%), Departamentos ou Ministérios de TVET e Profissões (9), bem como agências de garantia de qualidade ou acreditação da Educação (9) ou outras organizações (8).



ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Constatou-se que a maioria dos QNQ tem uma ampla cobertura, incluindo todas as fases de aprendizagem e desenvolvimento. A educação de adultos foi a área mais frequentemente não abrangida. Do seguinte modo, 19 inquiridos referiram que o ensino geral, o ensino superior, o EFTP e a educação de adultos estão abrangidos (ou seja, 42,2 %).

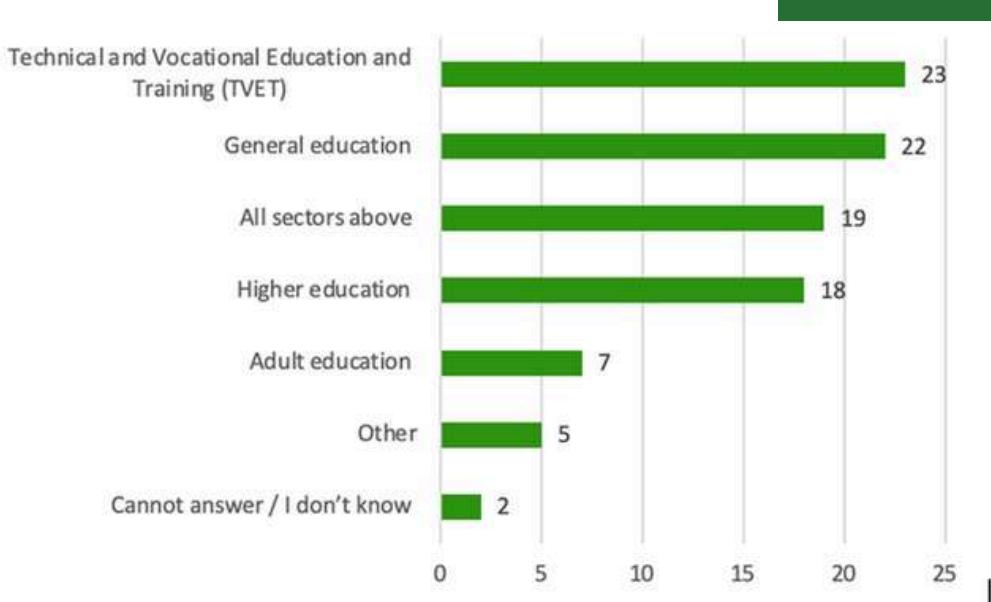


Figura 7. Cobertura do QNQ de vários setores (escolha múltipla, pelos inquiridos)

Aproximadamente, a outra metade dos inquiridos indicou que os seus QNQ não abrangem todos os setores indicados. O EFTP (23 ou 51,1 %) e o ensino geral (22 48,9 %) são os setores mais frequentemente abrangidos pelos QNQ, ao passo que o ensino superior foi selecionado com um pouco menos de frequência (18). Por sua vez, a educação de adultos é muito menos frequentemente abrangida pelos quadros de qualificações (apenas em 7 casos). Outros domínios mencionados foram as competências industriais ou profissionais de outra natureza.

Resumindo, por países, é também visível que uma grande parte dos países abrange todos os setores enumerados (13 países), ao passo que, no caso dos países em que o QNQ não é totalmente abrangente, o setor do EFTP é abrangido com maior frequência (13 países), seguido do ensino geral (8) e do ensino superior (8).

De um modo geral, a maioria dos inquiridos indicou que o seu QNQ é composto por diferentes sub-quadros. No entanto, alguns dos domínios da educação e da formação são menos frequentemente organizados no âmbito de um sub-quadro. A maioria refere que o ensino superior (30 inquiridos ou 78,9 %), o ensino geral (29 ou 76,3 %) e o EFTP têm todos sub-quadros (32 ou 84,2 %). As atividades comerciais e as profissões tendem a ter um sub-quadro separado com muito menos frequência (15 respostas).

Níveis do QNQ

A esmagadora maioria dos inquiridos relatou que os QNQ têm 10 níveis, com alguma flutuação observada dentro do intervalo de 8 ou mais de 10 níveis. Assim, 32 respostas (72,2%) indicaram que os seus QNQ têm 10 níveis. O segundo mais frequente é o QNQ com 8 níveis (5 respostas), seguido dos quadros com mais de 10 níveis (3 respostas). NQFs com menos de 8 níveis eram altamente incomuns. Para os enumerar, o Gana e a Tunísia indicaram ter menos de 8 níveis no quadro (ver quadro infra sobre o resumo por país).

Descritores de nível

Os domínios do descritor de nível são utilizados para diferenciar os tipos de aprendizagem e os resultados de aprendizagem captados nos QNQ. Como ilustra a figura 11, existem vários domínios deste tipo utilizados nos países africanos para descrever os resultados de aprendizagem.

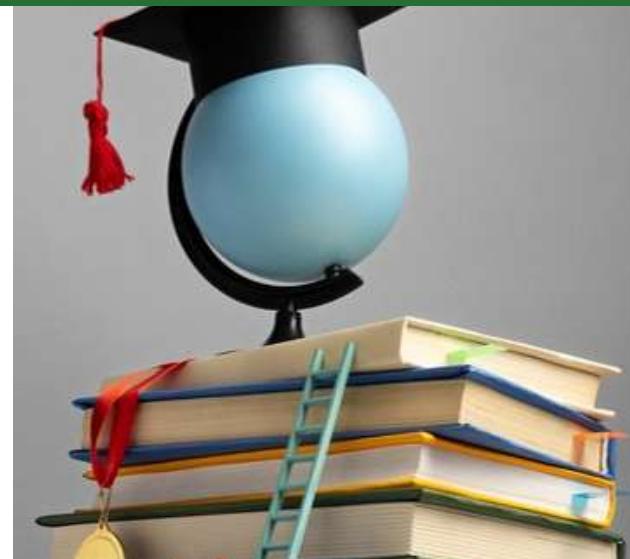
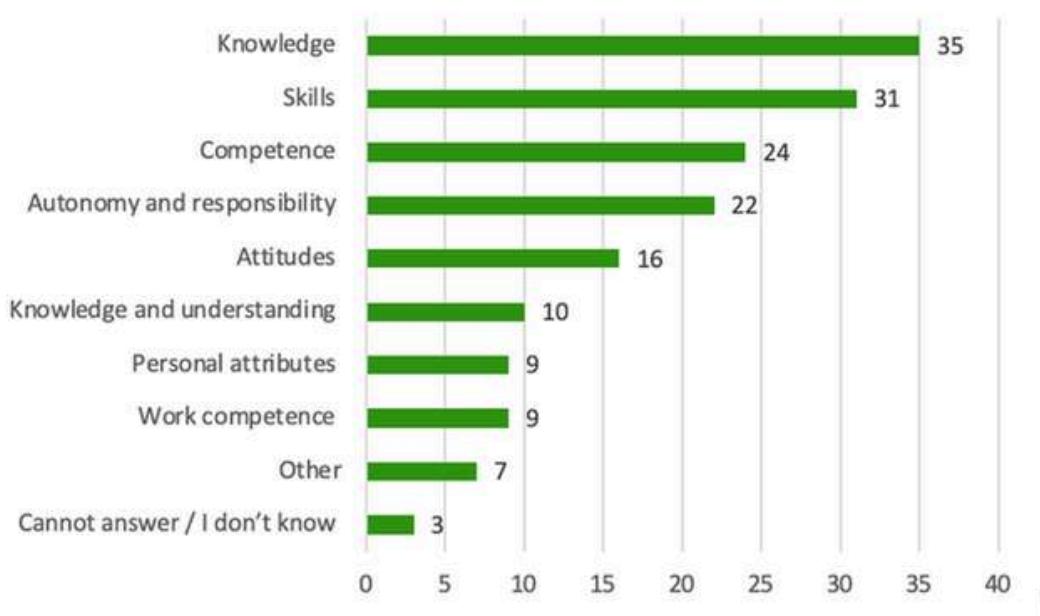


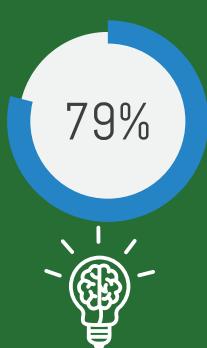
Figure 11. Domains of level descriptors used in NQFs (multiple choice, by respondents)²⁴



Os **quatro descritores mais frequentes são o conhecimento** (35 ou 79,5% dos inquiridos), **habilidades** (31 ou 70,5%), **competência** (24 ou 54,5%) e **autonomia e responsabilidade** (22 % ou 50 %).

Um pouco menos frequentemente, mas outros descritores de nível também são utilizados, tais como

KNOWLEDGE



SKILLS



COMPETENCE



AUTONOMY AND RESPONSIBILITY

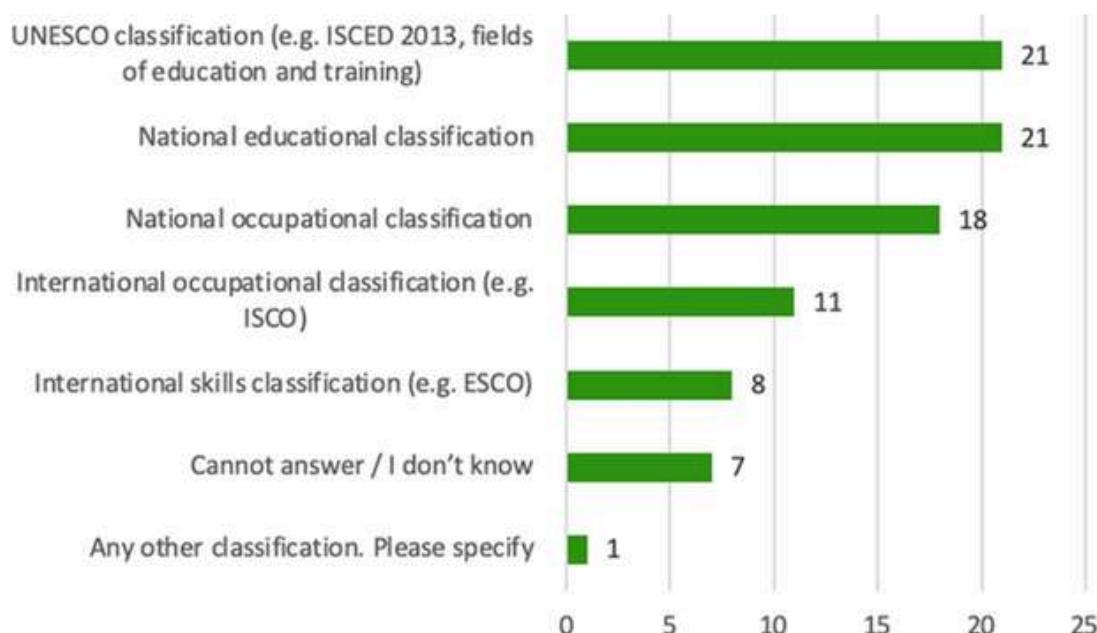


atitudes (16 ou 36,4%), conhecimento e compreensão (10 ou 22,7%), competência profissional (9) ou atributos pessoais (9). Por último, entre outros tipos de descritores, razões e resolução de problemas, foram referidos o grau de complexidade das tarefas, a autonomia e a responsabilidade. Normalmente, os países têm pelo menos três tipos de descritores. De acordo com os resultados discutidos anteriormente, os mais populares são: conhecimentos (utilizados em 21 países), aptidões (19), competências (16) e autonomia e responsabilidade (16). Oito tipos de descritores, o maior número global, são utilizados na Guiné-Bissau, Quénia, Serra Leoa e África do Sul. O menor número de descritores diferentes é utilizado em Angola, Camarões, Etiópia, Malawi, Somália e Zâmbia.

Classificações internacionais utilizadas

A organização de programas educativos, qualificações conexas ou informações sobre educação em geral pode ser realizada com base em vários sistemas de classificação, que normalmente distinguem diferentes níveis de ensino.

Figure 10. Classifications and taxonomies used for NQF qualifications (multiple choice, by respondents)¹⁹



Os resultados mostram que as classificações da UNESCO e as classificações educacionais nacionais são aplicadas com a mesma frequência (21 respostas ou 41,2%) para as qualificações do QNQ.

Outros tipos de taxonomias e classificações são utilizados em diferentes graus. Em menor medida, as classificações profissionais nacionais são o terceiro sistema de classificação mais utilizado (18 respostas, 35,3%).

Por sua vez, as classificações internacionais são menos recorrentes: foram aplicadas classificações profissionais internacionais para as classificações do QNQ em 11 casos, enquanto as classificações internacionais de competências foram aplicadas em 8 casos.

Base jurídica do QNQ

Os quadros de qualificações podem ser estabelecidos através de diferentes instrumentos jurídicos ou outros tipos de documentos (preparatórios). Os inquiridos de países com um QNQ estabelecido indicaram que as bases jurídicas primárias são uma lei ou ato sobre a autoridade do QNQ (14 respostas) ou um decreto sobre o QNQ (8 respostas).

Quadro 8. Base jurídica do QNQ por país

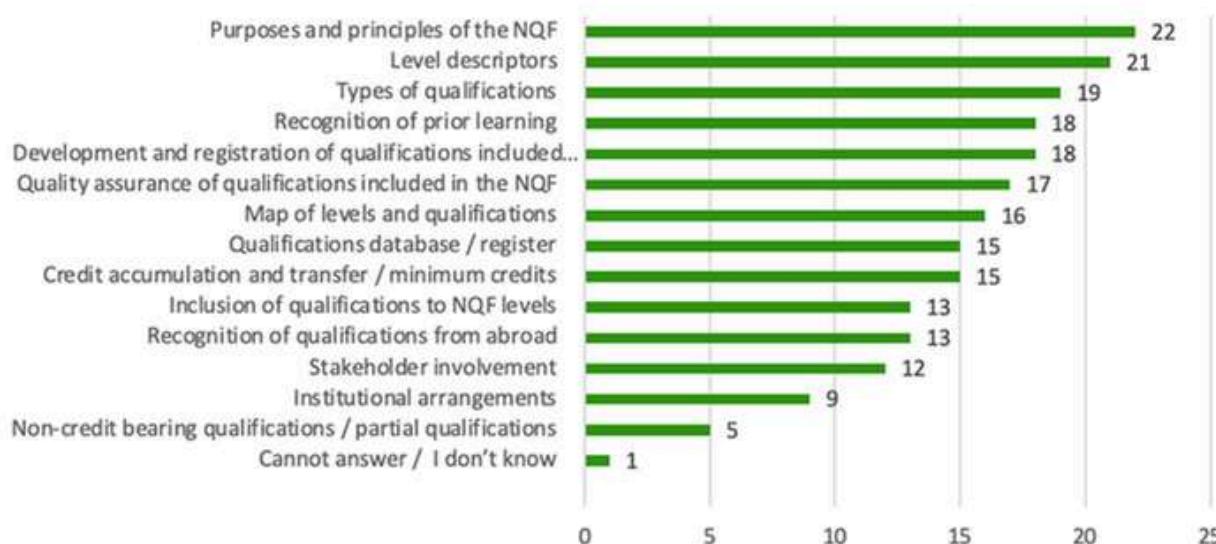
COUNTRY	LEGAL BASIS OF THE NQF
Angola	Decree on the NQF
Cabo Verde	Decree on the NQF
Democratic Republic of the Congo	Law / Act on the NQF authority
Eswatini (formerly Swaziland)	Decree on the NQF
Gambia	Law / Act on the NQF authority
Kenya	Law / Act on the NQF authority
Mozambique	Decree on the NQF
Namibia	Law / Act on the NQF authority
Seychelles	Law / Act on the NQF authority
South Africa	Law / Act on the NQF authority
Tanzania	Cannot answer
Tunisia	Decree on the NQF
Zambia	Law / Act on the NQF authority
Zimbabwe	Law / Act on the NQF authority

Um inquirido indicou que existem orientações sobre o registo de qualificações, que servem de base jurídica, enquanto outro inquirido não pôde responder à pergunta. Na maioria dos países com um QNQ estabelecido, uma lei ou ato é o principal documento regulamentar (8 casos), ao passo que um decreto é também frequentemente utilizado (5 países).

Além disso, os inquiridos foram questionados sobre os domínios específicos regulamentados pelos QNQ (ver figura 12 infra), a maioria dos quais está incluída em, pelo menos, metade dos casos.

Isto mostra que certos domínios tendem a ser amplamente abrangidos pela regulamentação. Mais de dois terços indicaram que os objetivos e princípios dos QNQ (incluídos em 22 vezes ou 95,7 % das respostas à pergunta), os descritores de nível (21 respostas ou 91,3 %), os tipos de qualificações (19 ou 82,6 %), o desenvolvimento e o registo de qualificações (19 ou 82,6 %), o mapa de níveis e qualificações (16 ou 69,6 %) e a garantia da qualidade das qualificações (17 ou 73,9 %) estão abrangidos pela legislação.

Figure 12. Areas of the legal basis regulated by NQFs (by respondents)²⁷



No outro extremo do espetro, as disposições institucionais tendem a ser menos cobertas (9 respostas ou 39,1 %), a par das qualificações não creditícias ou parciais (5 ou 21,7 %).

Objetivos do QNQ

Três dos objetivos mais importantes dos QNQ:



- Harmonização e integração dos sistemas nacionais de qualificações (89,4% ou 42 inquiridos indicaram ser pelo menos importantes ou muito importantes)
- A comparabilidade internacional e a transparência das qualificações e da mobilidade (89,6% ou 43 considerados, pelo menos, muito importantes).
- Melhorar o valor das qualificações técnicas e profissionais (89,4 % ou 42 inquiridos)

Cinco dos outros objetivos possíveis inquiridos receberam uma classificação de importância ligeiramente inferior, mas ainda elevada, entre 80-90%:

- Mobilidade internacional de estudantes e trabalhadores, selecionada por 43 inquiridos
- Aprendizagem ao longo da vida, selecionada por 41 inquiridos
- Progressão e percursos flexíveis, selecionados por 41 inquiridos
- Garantia da qualidade das qualificações, selecionada por 41 inquiridos
- Reconhecimento da aprendizagem (prévia), não formal e informal, selecionado por 39 inquiridos

Em comparação, três outros objetivos possíveis foram selecionados com menos frequência, tendo recebido uma classificação de importância de cerca de 70 %:

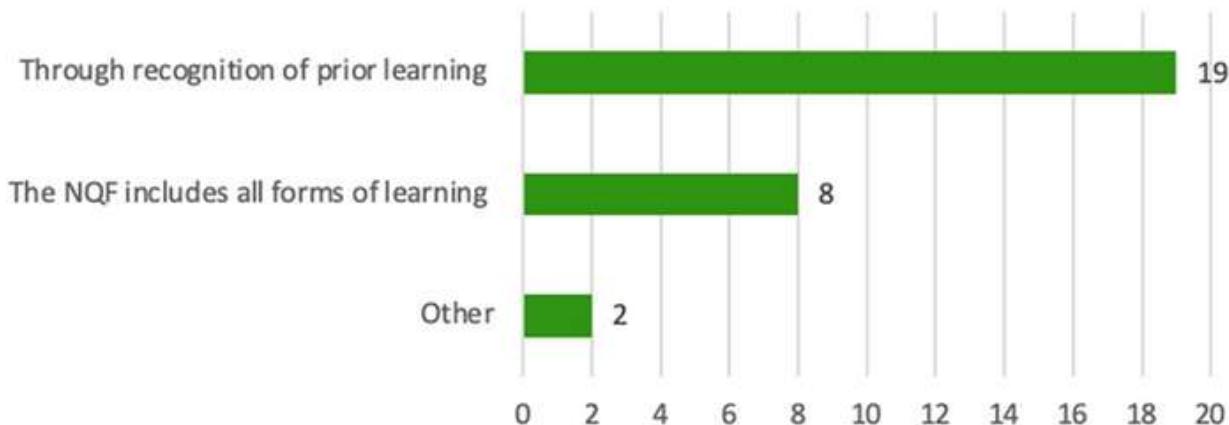
- Ligação entre a oferta e a procura, selecionada por 37 inquiridos
- Reparar injustiças passadas, selecionadas por 32 respondentes
- Desenvolvimento conjunto de qualificações com outros países, 33 inquiridos.

Dado que a maioria dos objetivos é amplamente apoiada, os países podem ser diferenciados em relação a objetivos menos populares. Assim, as respostas da Nigéria, Somália, Sudão do Sul, Gana, Guiné-Bissau, Namíbia consideram que o desenvolvimento conjunto da qualificação com outros países é menos importante em comparação com os outros pontos da questão. Além disso, respostas da Nigéria, Sudão do Sul, Uganda e Zâmbia relataram que reparar injustiças passadas não é importante. No entanto, a maioria destes países não possui um NQF desenvolvido, daí a relativa importância de outros objetivos.

Aprendizagem não formal e informal no QNQ e lugar dos resultados da aprendizagem

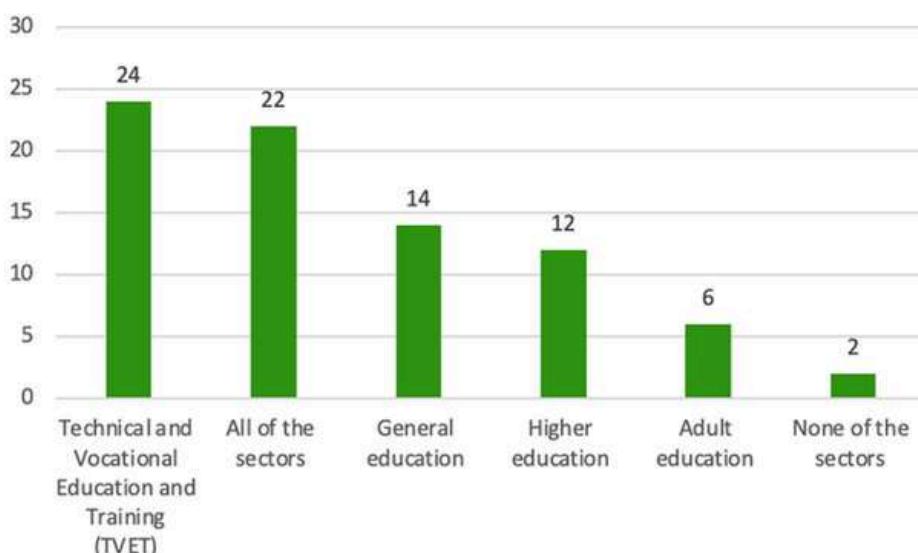
A aprendizagem não formal e informal faz parte dos sistemas dos QNQ em 19 casos. Na maioria das vezes, estas formas de aprendizagem são incluídas através do reconhecimento de aprendizagens prévias (18), enquanto em alguns casos, o QNQ inclui todas as formas de aprendizagem (8).

Figure 14. Representation of non-formal and informal learning in the NQFs (by respondents)



Na maioria dos casos, os quadros de qualificações baseiam-se nos resultados da aprendizagem (43 respostas ou 87,8 %), enquanto um inquirido indicou uma resposta negativa e cinco não souberam responder. Esta observação aplica-se a 26 países, enquanto 3 não conseguiram responder à pergunta.

Além disso, a figura que se segue resume os setores da educação e da formação em que os resultados da aprendizagem são utilizados nos programas curriculares.



Em quase metade dos casos (22 respostas ou 44,9 % dos que responderam à pergunta), os resultados da aprendizagem são utilizados em todos os setores pertinentes, desde a educação geral à educação de adultos.

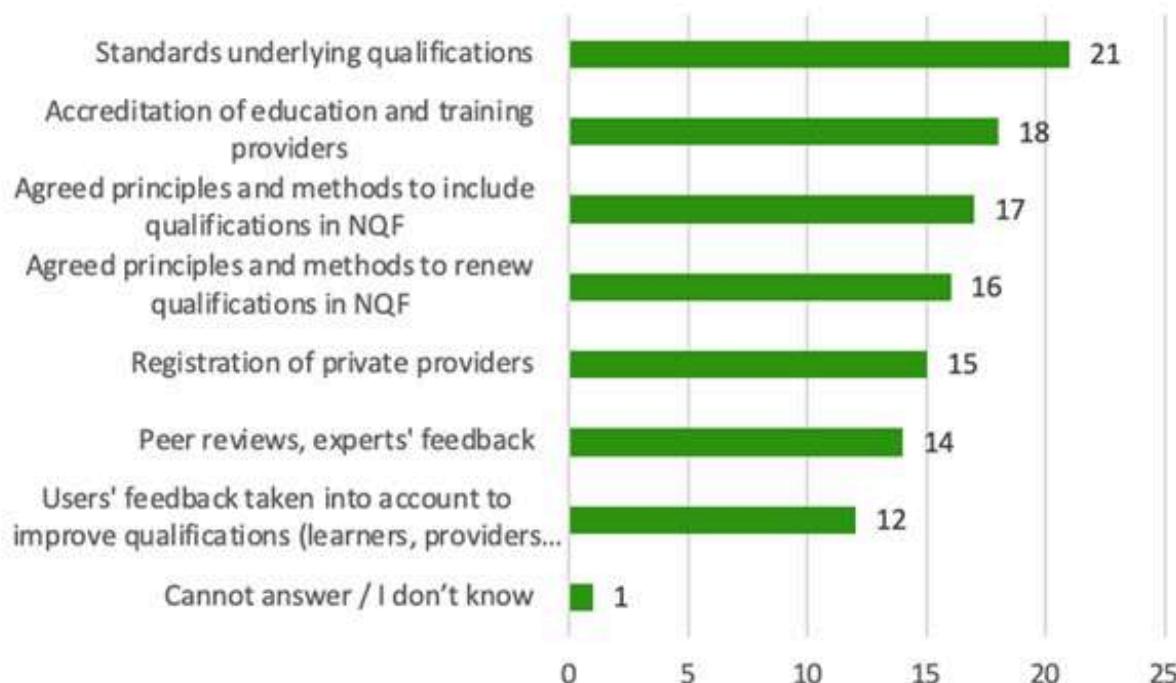
No que diz respeito a setores específicos da educação e da formação, nos casos em que nem todos os setores são abrangidos, os resultados da aprendizagem são mais frequentemente utilizados nos programas curriculares de EFTP (24 respostas ou 49 %), no ensino geral (14 respondentes ou 28,6 %) e no ensino superior (12 respostas ou 24,5 %). Os resultados da aprendizagem são muito menos utilizados regularmente na educação de adultos (6 respostas), enquanto 2 inquiridos (de Angola e do Senegal) afirmaram que nenhum dos setores está a utilizar os resultados da aprendizagem.

Garantia da qualidade

As respostas indicam que determinadas características de garantia da qualidade são mais típicas dos países africanos com QNQ.

As normas subjacentes às qualificações (21 respostas ou 91,3 %), a acreditação dos prestadores de ensino e formação (18 respostas ou 78,3 %) e os princípios e métodos acordados para incluir as qualificações nos QNQ (17, 73,9 %) são os mecanismos mais típicos de garantia da qualidade.

Figure 16. Use of quality assurance mechanisms linked to NQF (by respondents)



No entanto, outras características, como o registo de prestadores privados (15 ou 65,2 %), os princípios e métodos acordados para renovar as qualificações (16, 69,6 %), as avaliações pelos pares e as reações dos peritos (14, 60,9 %), bem como as reações dos utilizadores para melhorar as qualificações, são também frequentemente utilizadas como soluções.

Angola, Cabo Verde, República Democrática do Congo, Moçambique e África do Sul indicaram estar a utilizar todos os mecanismos de garantia de qualidade enumerados, enquanto a Namíbia, as Seicheles e o Zimbabué indicaram utilizar uma parte dos mecanismos.

IMPACTO E VISIBILIDADE DA ENQF

Sensibilização para o QNQ

Os organismos de garantia da qualidade e as autoridades e organismos de reconhecimento competentes são, de longe, os que mais conhecem os QNQ. De acordo com a percepção dos inquiridos:

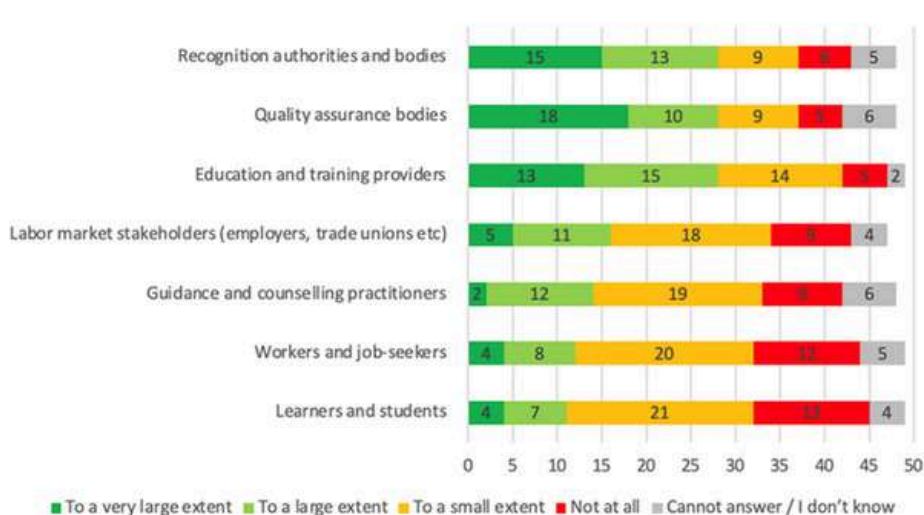
- 3 % dos organismos de garantia da qualidade conhecem e utilizam os QNQ em grande medida.
- 1 % dos prestadores de ensino e formação conhecem e utilizam, pelo menos em grande medida, os QNQ

Outros grupos de partes interessadas têm um conhecimento mais limitado e são colocados em níveis semelhantes de sensibilização.

Subsequentemente, os inquiridos comunicaram que a seguinte percentagem dos grupos de partes interessadas tem, pelo menos, conhecimentos ou utiliza, em grande medida, QNQ:

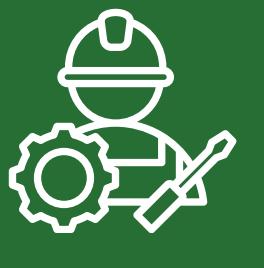
- 34% de os mão-de-obra partes interessadas do mercado,
- 2% de os orientação e profissionais de aconselhamento,
- 5% de os trabalhadores e requerentes de emprego,
- 4% dos alunos e estudantes.

Figure 21. To what extent is NQF known and used by the following groups (by respondents)



Note: Response totals 47 - Labor market stakeholders (employers, trade unions etc); 48 - Guidance and counselling practitioners; Quality assurance bodies; Recognition authorities and bodies; 49 - Learners and students; Workers and job-seekers; Education and training providers

Embora os QNQ sejam bastante conhecidos no caso dos profissionais cujo trabalho está ligado aos QNQ de forma mais direta em todos os países, os níveis de sensibilização percebidos tendem a variar no caso dos outros grupos. A seguir, fornecemos algumas informações adicionais por país para cada um dos grupos menos conscientes:



- As partes interessadas no mercado de trabalho foram consideradas as mais conhecedoras dos QNQ em Moçambique, Namíbia, África do Sul e Sudão do Sul, enquanto as menos conhecedoras em Angola, Essuatíni, Etiópia, Gana, Serra Leoa, Somália e Sudão do Sul



- Os profissionais de orientação e aconselhamento foram considerados, em grande medida, conscientes na Nigéria e na África do Sul, tendo sido referido o contrário em Angola, na Etiópia, no Gana, nas Seicheles, na Serra Leoa, na Somália, no Sudão do Sul e no Uganda.



- Foi comunicado que os trabalhadores e os candidatos a emprego conhecem, em grande medida, os quadros de qualificações na Gâmbia, Namíbia, África do Sul e Zimbabué, ao passo que o contrário foi comunicado no caso de Angola, Burquina Fasso, Essuatíni, Etiópia, Gana, Guiné-Bissau, Serra Leoa, Somália, Sudão do Sul e Uganda.



- No caso da Gâmbia, da África do Sul, do Sudão e do Zimbabué, os aprendentes e os estudantes foram considerados, em grande medida, conhecedores e desconhecedores em Angola, nos Camarões, na Essuatíni, na Etiópia, no Gana, na Guiné-Bissau, no Senegal, na Serra Leoa, na Somália e no Sudão do Sul.

EAC E ACQF-II REFORÇAM A COLABORAÇÃO EM MATÉRIA DE HARMONIZAÇÃO DA MOBILIDADE DAS QUALIFICAÇÕES E DAS COMPETÊNCIAS

Arusha, Tanzânia

Em agosto deste ano, a Comunidade da África Oriental (EAC), em parceria com a Fase II do Quadro Continental Africano de Qualificações (ACQF-II), intensificou os esforços para harmonizar as qualificações e melhorar a mobilidade de competências em toda a região. A iniciativa procura reforçar a educação, a formação e a mobilidade laboral, em consonância com a agenda de integração da CAO e a Agenda 2063 da União Africana. A EAC – uma organização intergovernamental regional composta por oito Estados Parceiros: O Burundi, a República Democrática do Congo, o Quénia, o Ruanda, a Somália, o Sudão do Sul, o Uganda e a Tanzânia – estabeleceram metas ambiciosas para harmonizar os currículos, os exames, a certificação e a acreditação dos sistemas de educação e formação em consonância com as prioridades regionais e continentais. O Secretário-Geral da EAC observou que a iniciativa é fundamental para desbloquear oportunidades ao abrigo do Protocolo do Mercado Comum da EAC, que prevê a livre circulação de trabalhadores, serviços, capitais, bens e pessoas. «A harmonização das qualificações tornará mais fácil para os africanos orientais estudar, trabalhar e prosperar além-fronteiras», afirmou.

Este esforço baseia-se na Estratégia de Harmonização do EFTP da EAC de 2023, que apela a um Quadro Regional de Qualificações do EFTP, a orientações curriculares comuns, a quadros de mobilidade para estudantes e pessoal e a uma colaboração mais forte com o setor privado. O Secretariado da EAC encontra-se na fase final de preparação destes instrumentos para apresentação ao 20º Conselho Setorial de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Desporto.

A nível continental, o projeto ACQF-II (2023-2026), coordenado pela União Africana com o apoio técnico da Fundação Europeia para a Formação (ETF), apoia todos os 55 Estados-Membros da UA no desenvolvimento de sistemas de qualificações transparentes e fiáveis.

A reunião conjunta analisará os progressos realizados nas reformas dos quadros nacionais de qualificações (QNQ) e do EFTP nos Estados Parceiros, atualizará o projeto de quadro de qualificações da EAC e explorará atividades conjuntas, como a aprendizagem entre pares, o reforço das capacidades e a cooperação técnica.

Através do alinhamento dos sistemas de qualificações regionais e continentais, a EAC e o ACQF-II visam aumentar a empregabilidade, melhorar a comparabilidade das competências e fazer avançar a agenda de integração de África no âmbito da Agenda 2063 da UA.

EM
SÓ
TÉ
NTE
EVE

1

Cooperação com a União Africana de Estudantes – as prestações concretas estarão disponíveis em janeiro de 2026.

The cooperation covers:

- Investigação sobre competências e qualificações ecológicas em África, com destaque para 13 países
- Desenvolvimento de um conjunto de instrumentos de participação das partes interessadas orientado para:
 - Escolas: Abordagens para a integração das competências verdes nos programas curriculares.
 - Estudantes: Capacitar os jovens com instrumentos para a ação e a defesa do clima.
 - Responsáveis políticos: Recomendações políticas para apoiar os quadros de competências verdes.
 - Líderes Religiosos e Tradicionais: Aproveitar a influência cultural e comunitária para iniciativas de justiça climática.
- **Divulgação do** conjunto de ferramentas
- **Apelo à adoção de boas práticas** em matéria de ecologização das competências.

2

Análise das competências ecológicas e digitais no Quénia, na Tunísia, no Egito e em Marrocos, com base nos perfis de competências do ACQF

– O relatório será apresentado no final do ano.

3

Em Outubro a rede ACQF esteve presente na Semana de Competências em África com representantes da África do Sul, do Quénia, da Somália e da Etiópia.

Ver, em anexo, as linhas gerais da sessão. que apresentamos em anexo. Foi um grande e importante evento no continente – vale a pena mencionar.

Histórias de sucesso

- Revisão do Quadro de Qualificações da Zâmbia – lançada em janeiro e concluída em junho de 2026. O novo ZQF foi oficialmente adotado (contacte os colegas da ZAQA para uma breve atualização). Seguem-se ligações para os eventos que tiveram lugar – contêm uma descrição rica.
- Revisão das políticas em Botsuana
- Apoio às políticas do QNQ, do RPL e do CATS na Somália
- Apoio à Guiné-Bissau – consultas das partes interessadas e reforço alargado das capacidades do pessoal do Gabinete do QNQ em Bissau
- Apoio à aplicação da nova política de RPL no Essuatíni
- Apoio à revisão da RPL e do CATS: Orientações para a SADC
- Foi elaborada uma nova política em matéria de microcredenciais para as Seicheles
- Colaboração do ACQF com a Comunidade da África Oriental



4

Progressos em matéria de QCP e publicação de um programa de formação na Plataforma de Qualificações e Credenciais (recurso útil para qualquer pessoa interessada em bases de dados de qualificações):

ACQF QCP eLearning

5

Este curso de ritmo próprio permite-lhe:

- Compreender o quadro político do QCP e a sua visão para o continente integração.
- Aprenda a preparar, estruturar e carregar dados nacionais de qualificações para o QCP.
- Obtenha experiência prática sobre como utilizar a Plataforma e as suas funcionalidades
- Apoie a participação ativa do seu país no ecossistema das qualificações africanas através do QCP do ACQF.

Quer seja um funcionário do ministério, curador de bases de dados ou especialista em qualificações, este curso fornece as ferramentas necessárias para tomar medidas.

NOTÍCIAS DO ACQF

WEBSITE :

<https://acqf.africa>

Uma visão para qualificações
conectadas e comparáveis
em toda a África